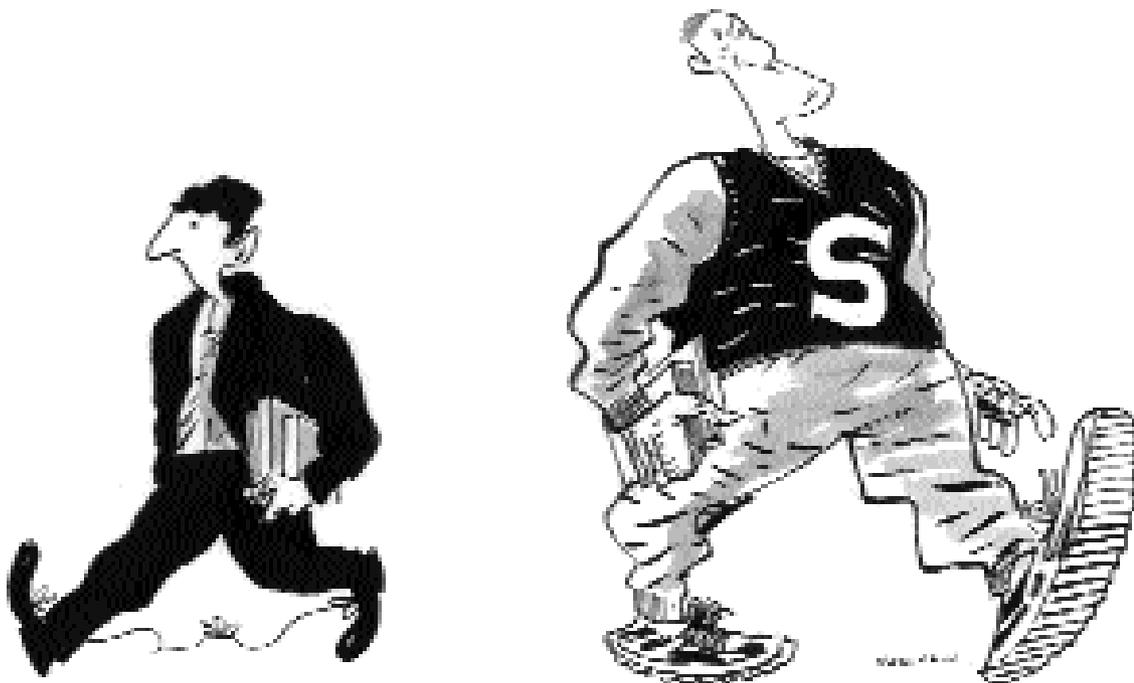


UNIVERSIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS NO BRASIL E ESTADOS UNIDOS

Maria Ligia Coelho Prado



A questão do ensino superior pago ou gratuito, ao lado do papel do Estado na educação, tem suscitado debates candentes, relacionados com os problemas de modernização, de racionalização dos recursos e de eficiência

do funcionamento das universidades, em especial das universidades públicas. Muitas das soluções para esses impasses apontam o ensino pago e o crescente afastamento do Estado de suas responsabilidades sobre o ensino superior como a única salvação. Neste ponto das discussões, comumente, os Estados Uni-

dos são invocados como exemplo a ser seguido. Enfatiza-se a excelência de suas universidades, mostrando sutilmente que tal nível deve-se, basicamente, a seu sistema de escolas privadas. Em torno desses temas criaram-se diversas falácias. Este artigo é sobre algumas delas.

Para começar, é preciso entender alguns aspectos do funcionamento do ensino de terceiro grau nos Estados Unidos. De maneira geral, está diretamente relacionado às especificidades da sociedade americana, responde às necessidades do mercado de trabalho, oferecendo escolas com diversos graus de qualidade e exigência, desde os *community colleges* (escolas de dois anos de duração, em áreas pobres) até as universidades mais conceituadas. O controle estatal se apresenta radicalmente descentralizado e a competitividade entre as escolas é intensa. Todos os alunos pagam, curseem estabelecimentos públicos ou particulares. Entretanto, as instituições privadas não são entendidas como empresas que visam reproduzir seu capital, e correr em busca de lucros, como qualquer negócio.

Analisemos, por exemplo, o orçamento da Universidade de Stanford, uma das maiores, mais importantes e mais caras universidades privadas norte-americanas. O orçamento consolidado para o ano escolar de 1991/1992 foi de US\$ 1 bilhão em números redondos. Os custos diretos e indiretos com pesquisa estavam estimados em US\$ 349 milhões, mais US\$ 138 milhões para sustentar o acelerador linear. Os fundos do governo federal pagavam mais de 90% desses custos, significando 43% da receita total. As anuidades dos alunos somavam US\$ 175 milhões, isto é, aproximadamente 17% do total. Para cobrir os demais gastos, as fontes eram doações de particulares, rendas do patrimônio, propriedades e patentes.

A primeira conclusão a ser extraída da análise desse orçamento é a importância central dos recursos federais para a pesquisa. No Brasil, existe uma falsa idéia de que, nos Estados Unidos, a pesquisa é financiada pelas empresas, que mantêm uma ligação umbilical com as universidades. Sem dúvida, há empresas que financiam pesquisas em determinados campos específicos de seu interesse, mas a pesquisa básica, em ciências e humanidades, se desenvolve nas universidades, com o apoio insubstituível do Es-

tado. No paraíso do neoliberalismo, o Estado continua “intervindo”, proporcionando condições financeiras para a sustentação da pesquisa acadêmica. Sem esse apoio não há pesquisa e não há universidade séria em qualquer país do mundo.

O outro ponto interessante diz respeito ao pagamento de anuidades; como vimos, elas não atingem nem 20% (esta é a regra geral para qualquer universidade paga), da receita arrecadada, portanto, uma parte minguada do total. Com o agravante de que as anuidades de uma grande universidade – Yale, Stanford, Harvard, Columbia – são altíssimas, mesmo para os padrões norte-americanos, pois estão na casa dos US\$ 20 mil. Numa universidade estadual pública, o aluno paga entre US\$ 6 e 8, isto sem contar os gastos com alojamento, alimentação e livros. Daí os programas de empregos nas universidades, e as bolsas e empréstimos, garantidos pelo governo federal, tanto aos alunos das escolas públicas, quanto das particulares.

Para se avaliar a extensão do programa americano de bolsas, vamos a alguns dados. Em 1993, 5 milhões de estudantes tinham empréstimos do governo federal, o que significava quase 40% do total de alunos. Os números completos a respeito dos empréstimos realizados são difíceis de pesquisar, mas pode-se avaliar sua importância tomando um dado recente sobre as dificuldades que os formandos vêm encontrando para pagar suas dívidas. No ano fiscal norte-americano de 1992, ex-alunos que contrataram empréstimos durante seus anos de estudos deixaram de pagar quase US\$ 3 bilhões aos cofres públicos. (*New York Times*, 7 de fevereiro de 1993.)

Brasil

Passando ao Brasil, o ensino superior possui características bem diversas das norte-americanas, que podem ser assim resumidas: controle estatal centralizado, padrões homogêneos na estruturação de cursos e reformas do ensino pensadas de maneira uniforme para todo o território nacional. A competitividade entre as escolas superiores brasileiras é bastante restrita, pois todo o sistema está organizado de maneira a não alimentá-la.

Outra radical diferença diz respeito às escolas de

ensino privado. Com exceção dos estabelecimentos confessionais, como as PUCs, elas se organizam como empresas, com fins lucrativos imediatos. Nos Estados Unidos, não se negam outros interesses em jogo, como prestígio, *status* ou influência política. Mas nunca prevalece a visão estreita que, no Brasil, pretende transformar um “dono” de universidade num empresário de sucesso.

As críticas constantes às universidades públicas brasileiras insistem na necessidade do afastamento parcial ou completo do Estado de suas funções tradicionais. Porém, nos Estados Unidos, como vimos, o Estado se constitui no suporte mais sólido de sustentação da pesquisa e da qualidade de ensino.

Quanto à implantação do ensino pago como o “*deus ex machina*” da educação superior brasileira, vale lembrar que a porcentagem das anuidades no orçamento global de uma universidade norte-americana é bastante pequena e que existe um enorme aparato de ajuda aos estudantes mais pobres através de empréstimos e bolsas do governo federal. No Brasil, mesmo aqueles que advogam o ensino pago nas universidades públicas, admitem ser fundamental a criação de um sistema de bolsas, o que implicaria, obviamente, a organização de uma burocracia para atender seu funcionamento. Para montá-lo, seriam necessários investimentos públicos significativos, o que diminuiria bastante –provavelmente em 10%– a receita advinda do pagamento das mensalidades dos alunos. Em suma, toda a pretendida salvação através do ensino pago estaria reduzida a uns míseros 7% do total do orçamento.

No entanto, é possível afirmar que, mesmo não resolvendo os problemas, esta pequena parcela ajudaria a manter o ensino público de terceiro grau. Para responder a esse argumento, é necessário pensar a universidade dentro do contexto mais amplo da sociedade e da cultura brasileiras. O Brasil é um país pobre e sua população vem sofrendo, nas últimas décadas, um rebaixamento ainda mais forte de seu poder aquisitivo. Em segundo lugar, o número de alunos em estabelecimentos pagos é já superior –60% contra 40%– ao daqueles que não pagam. Estou certa de que o ensino pago transformará a universidade brasileira, que, no presente, já se destina a uma mi-

norria da população, em uma instituição ainda mais fechada e menos democrática. No Brasil, 11,3% da população entre 20 e 24 anos está matriculada em escolas de terceiro grau, enquanto na Argentina esta porcentagem sobe para 36,4%, no Uruguai para 35,8%, e na Venezuela para 26,4%, para tomarmos exemplos latino-americanos, segundo dados levantados por Simon Schwartzman.

Os alunos da USP são o exemplo sempre invocado como a “prova” mais evidente de que o ensino deve ser pago nas universidades públicas, pois todos os estudantes teriam condições materiais para tanto. Em primeiro lugar, na USP, há alunos de todas as classes sociais, inclusive um número elevado de estudantes com baixíssimo poder aquisitivo. Basta uma visita aos muitos cursos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para que se comprove tal afirmativa. Além disso, não se pode reduzir o debate aos alunos de uma única universidade brasileira. A USP não representa o Estado de São Paulo e, muito menos, o Brasil.

Para concluir, ao analisar os problemas do ensino superior brasileiro, é fundamental levar-se em conta a história de suas instituições e a dinâmica da sociedade da qual fazem parte. Estabelecer comparações exige muitos cuidados, entre eles o de não restringir tal exame a escolhas arbitrárias de um que outro elemento que compõe sistemas complexos, para aplicá-lo ao Brasil. O ensino pago, nos Estados Unidos, se enquadra dentro de um sistema muito diferente do brasileiro, e, entre outras especificidades, conta com mecanismos que garantem minimamente o acesso –mantido pelos recursos do Estado– de parte significativa da população à educação superior. No Brasil, a adoção do ensino pago nas universidades públicas ampliará as dificuldades que os jovens brasileiros encontram, já no presente, para cursar escolas de terceiro grau. A retirada do Estado, ainda que parcial, do campo do ensino superior, conduzirá, com toda a certeza, a um rebaixamento geral da qualidade de ensino, à destruição da pesquisa e à ruína de um patrimônio público tão sofridamente construído.

Maria Ligia Coelho Prado é professora do Departamento de História da Universidade de São Paulo.